

# Gabinete do Deputado Beto Faro

## O Projeto *TerraClass*

### NOTA

Gerson Teixeira

Brasília, em 05 de setembro de 2011

O governo federal anunciou no dia 02 de setembro, os resultados do **Projeto *TerraClass***, que procedeu ao mapeamento do uso e da cobertura da terra nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal.

Esse projeto mapeou os 18% de áreas já desmatadas do bioma amazônico, na posição de 2008, para informar, em cada um dos nove estados da região, os diversos usos e situações dos solos após os processos de desflorestamento.

A iniciativa foi fruto de parceria entre os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e do Ministério do Meio Ambiente. A execução coube ao Centro Regional da Amazônia do INPE, e à Embrapa (unidades Informática Agropecuária e Amazônia Oriental), com o apoio do PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) e gestão financeira do Banco Mundial.

Pode-se dizer que o projeto constituiu estágio evolutivo do processo de monitoramento, por imagens de satélite, do desmatamento da Amazônia efetuado desde 1998 pelo Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal).

Em suma, as instituições em tela se organizaram para ir além da informação regular das áreas e taxas periódicas de desflorestamento da Amazônia. O TeraClass cruzou esse acervo de informações com o levantamento sobre a dinâmica dos usos dos solos, a partir de classificação definida, por meio dos levantamentos, pesquisas e estudos de campo realizados pelas unidades da Embrapa antes mencionadas.

Ao pesquisar a dinâmica acima, na área de 719.2 mil Km<sup>2</sup> de floresta já derrubada até 2008, considerando a classificação dos usos dos solos especificada, o Projeto chegou às seguintes conclusões, em nível agregado, para a região (Figura abaixo):

CLASSE	TOTAL	FREQUÊNCIA
Pasto Limpo	335.714,94	46,7%
Vegetação Secundária	150.815,31	21,0%
Pasto Sujo	62.823,75	8,7%
Regeneração com Pasto	48.027,37	6,7%
Área Não Observada	45.406,27	6,3%
Agricultura Anual	34.927,24	4,9%
Mosaico de Ocupações	24.416,57	3,4%
Área Urbana	3.818,14	0,5%
Mineração	730,68	0,1%
Pasto com Solo Exposto	594,19	0,1%
Outros	477,88	0,1%
Desflorestamentos 2008	11.458,64	1,6%
<b>TOTAL (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>719.210,99</b>	

A Figura acima mostra que as pastagens constituem, de longe, a principal atividade associada ao desmatamento. Cerca de 62% da área de floresta desmatada estão associados a essa atividade.

Observa-se que, das pastagens, a maior parte (46.7%) envolvem o chamado ‘pasto limpo’, refletindo aquelas áreas de pastagens em processo produtivo com o predomínio de espécies herbáceas nas quais foram realizados investimentos mais sistemáticos. Tidas como ‘as ilhas de eficiência’ das áreas de pastos na Amazônia, a produtividade média nessas áreas, no entanto, não ultrapassa 1,5 cabeça/hectare. Ou seja, temos aí, exemplo contundente da falácia dos ruralistas quando justificam a necessidade de mudanças no Código Florestal por suposto engessamento da área disponível para o avanço do agronegócio na região. São 335.7 mil Km<sup>2</sup> explorados de forma extensiva e ineficiente; Somando-se à área de ‘pasto limpo’, aquelas ainda mais ineficientes compreendidas pelas áreas com ‘pasto sujo’; (com o gado criado em áreas semi-abandonadas, já com arbustos cobrindo de 20% a 50% dessas áreas), com solos com regeneração com pastos

(já com dominância de espécies arbustivas, e as de ‘pasto com solo exposto’ (pastagens degradadas), conclui-se que 447.5 mil km<sup>2</sup> de áreas já desflorestadas na Amazônia apresentam-se precariamente exploradas com pastagens.

Esses dados reforçam os termos do texto que publiquei durante as discussões da proposta de alteração do Código Florestal na Câmara dos Deputados, atestando, a partir de um exercício comparativo no plano internacional, o mito da eficiência produtiva do agronegócio brasileiro. Definitivamente, os ruralistas querem alterar essa legislação para acobertar, no caso, a manutenção de atividades com padrões sofríveis e inaceitáveis de eficiência produtiva.

Os resultados do TerraClass informam, ainda, que as áreas degradadas na Amazônia são muito inferiores às aquelas estimadas até então. Representam apenas 0.1% da área desflorestada (594 Km<sup>2</sup>). A esse respeito, vale sublinhar comentário feito pelo Ministro Mercadante durante a solenidade de anúncio das conclusões do TerraClass: “ao contrário do que se supunha os solos da Amazônia são tão resistentes que têm resistido às ações extremamente predatórias”.

O TerraClass também atestou a baixa correlação entre desmatamento e agricultura anual na Amazônia, que abarcam apenas 4.9% da área desflorestada (35 mil km<sup>2</sup>).

As Figuras seguintes detalham o quadro acima, por unidade federada;

USO E COBERTURA	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>
Classe	AC	AP	AM	MA
Floresta	144.620,67	110.839,36	1.426.482,77	36.037,62
Não Floresta	70,54	25.644,36	48.329,91	112.616,76
Hidrografia	241,02	3.617,10	52.194,29	4.415,89
Desflorestamento 2008	269,37	60,71	545,35	1.153,77
Agricultura Anual	-	0,45	104,35	225,45
Mosaico de Ocupações	1.522,32	197,72	2.918,54	4.534,83
Área Urbana	231,22	88,90	477,46	782,32
Mineração	-	15,70	48,05	6,92
Outros	18,68	31,69	58,72	93,46
Pasto Limpo	11.498,16	386,97	6.598,21	31.132,49
Pasto Sujo	904,54	144,40	1.683,37	7.057,97
Regeneração com Pasto	620,85	314,99	2.200,51	8.780,75
Pasto com Solo Exposto	1,09	-	0,87	6,51
Vegetação Secundária	3.785,94	1.002,73	15.670,79	21.534,83
Área Não Observada	385,99	468,70	1.651,67	22.199,24
<b>TOTAL por Estado</b>	<b>164.170,39</b>	<b>142.813,78</b>	<b>1.558.964,86</b>	<b>250.578,80</b>

ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>	ÁREA KM <sup>2</sup>
MT	PA	RO	RR	TO
316.874,91	888.483,09	128.108,80	152.576,73	10.022,64
377.307,80	73.662,06	24.443,72	60.895,31	230.292,02
4.768,41	44.331,45	2.080,60	1.759,20	1.505,62
3.180,09	4.751,67	949,85	444,92	102,91
30.952,41	2.100,23	1.440,42	16,96	86,97
2.292,09	11.388,06	774,96	747,69	40,36
468,27	1.251,37	430,64	31,54	56,42
237,04	331,26	90,94	0,28	0,49
120,94	134,16	12,32	1,91	6,00
107.499,11	107.251,68	52.871,31	2.679,18	15.797,84
17.984,55	22.662,36	6.854,37	920,70	4.611,50
11.229,21	16.209,26	5.870,67	909,53	1.891,60
336,27	243,94	1,80	-	3,71
27.987,69	57.624,78	13.349,15	2.464,43	7.394,97
2.146,75	17.369,22	301,33	847,87	35,50
903.385,52	1.247.794,59	237.580,88	224.296,25	271.848,54

Comentários Complementares:

1. Deve ser reconhecido o caráter inovador do TerraClass, por constituir ferramenta inusitada para orientar as políticas públicas e os investimentos privados na Amazônia de sorte a conciliar economia e sustentabilidade, e assim, em adição, garantir o protagonismo do Brasil nos debates e soluções nas negociações multilaterais em torno do aquecimento global;
2. Dois aspectos do Projeto devem se ressaltados: (i) por expressar o grau de desenvolvimento do país em novas tecnologias e sistemas orbitais; e (ii) pelo raro exercício de sinergia institucional;
3. Os detalhes técnicos do trabalho e os números espacialmente explícitos do Projeto, com a localização de todos os polígonos que compõem cada classe temática, serão disponibilizados no dia 06 de setembro no site do INPE. Por conta dessa limitação, deve

ser relativizada a profundidade da abordagem desta Nota, que teve como fonte apenas o respectivo Sumário Executivo distribuído pelo governo na solenidade referida;

4. Os pesquisadores e estudiosos em geral da Amazônia passarão a dispor de “matéria prima” com nível de detalhe e substância igualmente inusitados, com as consequências positivas para o aprimoramento do conhecimento científico sobre a região;
5. Contudo, devemos admitir que as informações sobre os dados do desflorestamento e dos perfis dos usos das terras após a floresta, são importantes, mas insuficientes enquanto substratos para orientar as políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento sustentável e socialmente equilibrado das áreas rurais da Amazônia;
6. Há uma dimensão essencial, não coberta, da realidade objeto da incidência do Projeto. O bioma Amazônia não se explica somente pelo conhecimento do que foi desflorestado e da situação atual do uso do solo;
7. esses processos resultam de dinâmicas sociais, jurídicas e políticas, relativas ao acesso à terra, por exemplo, sem as considerações das quais a regulação pública não poderá se efetuar de forma consistente com as finalidades do desenvolvimento nos termos antes colocados;
8. assim, com o Projeto, sabemos, em determinada microrregião, quanta floresta foi derrubada e como está o solo, mas não sabemos se os imóveis que as integram são terras públicas, ou sob quais condições foram apropriados e em que níveis, concentração, etc. Para cada situação, poderiam corresponder soluções políticas diferenciadas. Por exemplo: se as áreas de pastos sujos apresentam-se altamente concentradas, por que não declará-las integralmente para fins sociais? Outro exemplo: para os pesquisadores, a área com vegetação secundária, envolvendo 150.8 mil km<sup>2</sup>, poderá ser a “jóia da coroa” do Brasil nas negociações do papel da Amazônia no seqüestro de carbono. Mas, quem está nessa área? A eles interessa esse papel sem participarem dos debates sobre os próprios destinos? Quais instrumentos poderão ser negociados, e em quais condições, de modo a garantir legitimidade aos instrumentos, e viabilidade econômica a esses segmentos sociais no cumprimento das funções de “operadores” do seqüestro de carbono e de guardiães da floresta?
9. O TerraClass não permite essas respostas. Assim, sobressai a ausência do MDA na parceria institucional que empreendeu o Projeto;
10. a sinergia institucional e os macro-objetivos do TerraClass poderão ser comprometidos com o foco reduzido, homologatório e disperso do Terra Legal;

11. a solenidade de anúncio do TerraClass antes de tudo foi uma forma de pressionar pela continuidade, frequência regular e ampliação da abrangência do Projeto visando o território nacional;
12. em nenhum momento se cogitou sobre a ampliação da parceria institucional capaz de dar amplitude sistêmica ao conhecimento das relações entre desflorestamento, uso dos solos e fenômenos sociais implícitos;
13. Essa poderia ser uma sugestão a ser considerada pelos gestores desse projeto, com título de gosto meio duvidoso, mas com finalidades certamente virtuosas.